

com a Proposta apresentada por esta, nos termos do Convite e do Caderno de Encargos respetivos, documentos que aqui se dão por integrados e reproduzidos e que, depois de rubricados pelas partes, ficam arquivados no respetivo maço de documentos.

Cláusula Segunda
(Prazo de Execução)

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de trinta (30) dias, incluindo sábados, domingos e feriados, bem como trabalho noturno e diurno para além do normal, a contar da data do Auto de Consignação dos Trabalhos.

Cláusula Terceira
(Prazo de Garantia da Obra)

O prazo de garantia da obra é estipulado de acordo com o disposto na Cláusula 46ª do Caderno de Encargos.

Cláusula Quarta
(Pagamentos)

O plano de pagamentos é o constante da proposta apresentada pela representada do segundo outorgante, documento que se dá aqui por integralmente reproduzido e se considera como fazendo parte integrante do texto deste contrato, sendo que o prazo de pagamento é de 60 dias, nos termos do n.º 4, do artigo 299.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 18 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, após a receção e confirmação da fatura.

Cláusula Quinta
(Revisão de Preços)

Não haverá lugar a revisão de preços, nos termos definidos no artigo 300.º do CCP.

Cláusula Sexta
(Fiscalização da Obra)

A fiscalização será feita pelo departamento de planeamento e gestão do território da Câmara Municipal de Montalegre, ou, se necessidade e fundamento houver, por empresa privada contratada para o efeito pelo dono da obra.

Cláusula Sétima
(Dotação Orçamental)

1. O presente contrato será suportado por conta da verba inscrita no orçamento municipal, capítulo orgânico 02, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 07011002 e do Plano Plurianual de Investimentos 2009-I-18.



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

2. O encargo estimado para o presente ano económico é de € 105.761,29 (cento e cinco mil, setecentos e sessenta e um euros e vinte e nove cêntimos), com o valor do IVA à taxa legal de 6% incluído, e cujo compromisso foi efetuado pelo Gabinete de Gestão Financeira, no dia um de outubro de dois mil e dezanove, tendo ficado registado sob o n.º 1381/2019.

Cláusula Oitava
(Violação dos Prazos Contratuais)

O não cumprimento dos prazos contratuais determina a aplicação das sanções a que alude o disposto no artigo 403.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado, em anexo, pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto

Cláusula Nona
(Casos Omissos)

Na parte não especialmente prevista no presente contrato, ou nos documentos a ele anexos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, especialmente o previsto nos artigos 343.º e seguintes para o contrato de empreitada de obras públicas.

Cláusula Décima
(Foro Competente)

Em todas as questões emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal da Comarca de Mirandela, renunciando a representada do segundo outorgante a qualquer outro foro jurisdicional.

Cláusula Décima Primeira
(Gestor do Contrato)

Nos termos do artigo 290º - A do Código dos Contratos Públicos, foi designado como gestor do contrato, o Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão do Território, mediante despacho do Presidente da Câmara, datado de seis de setembro de dois mil e dezanove, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda
(Produção de Efeitos Financeiros/Visto Tribunal de Contas)

1. O presente contrato começará a produzir efeitos financeiros a partir da data da sua publicitação no portal da internet dedicado aos contratos públicos, no sítio www.base.gov.pt.

2. O presente contrato encontra-se isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 87-B/2004, de 30 de

dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e da Resolução do Tribunal de Contas número 14/2011, de 11 de julho de 2011, publicada no DR, 2ª série, n.º 156, em 16.08.2011.

Cláusula Décima Segunda
(Disposições Finais)

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para processamento das despesas públicas.
2. O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por despacho do Presidente da Câmara, datado de seis de setembro de dois mil e dezanove.
3. A minuta do contrato foi aprovada por despacho do Presidente da Câmara, datado de vinte de setembro de dois mil e dezanove.

E pelo segundo outorgante foi dito:

Cláusula Décima Terceira
(Aceitação)

Que aceita o presente contrato em nome e para a sua representada, com todas as obrigações que dele emergem, pela forma como fica exarado neste contrato e documentos que dele ficam a fazer parte integrante e atrás citados, renunciando expressamente, a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular.

Foram apresentados, alguns dos quais pelo segundo outorgante, os seguintes documentos, que ficam arquivados no respetivo maço:

- Cópia do despacho de aprovação do Convite, Caderno de Encargos e Abertura de Procedimento (vide doc. n.º 1);
- Cópia do Convite (vide doc. n.º 2);
- Cópia do Caderno de Encargos (vide doc. n.º 3);
- Cópia da proposta apresentada pela empresa adjudicatária (vide doc. n.º 4);
- Cópia da proposta e autorização de cabimentação nº 1292, datada de 09-09-2019 (vide doc. n.º 5);
- Cópia da informação sobre a qual foi exarado despacho de adjudicação e aprovação da minuta do contrato anexa à mesma (vide docs. n.ºs 6 e 7, respetivamente);
- Cópia da certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, em 14-06-2019 (vide doc. n.º 8);
- Cópia da certidão emitida pelo serviço de Finanças de Braga-2 em 09-08-2019 (vide doc. n.º 9);
- Cópia do alvará de empreiteiro de obras públicas n.º 63030-PUB (vide doc. n.º 10);
- Impressão da certidão permanente de registo comercial (código de acesso 1 2), feita no dia 30-09-2019 (vide doc. n.º 11);
- Cópia dos Certificados dos Registos Criminais (vide doc. n.º 12);
- Cópia da declaração modelo II do CCP (vide doc. n.º 13);
- Cópia da declaração de inexistência de conflito de interesses (vide doc. n.º 14);
- Cópia do compromisso n.º 1381 (vide doc. n.º 15).

O presente contrato, composto por três folhas, ocupando a frente e o verso, feito em duplicado, foi lido em voz alta, na presença simultânea de ambos os intervenientes, e explicado o seu conteúdo e



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

efeitos, de que mostraram ficar cientes, e vai ser assinado pelos outorgantes, pela ordem por que foram mencionados.

O Primeiro Outorgante: _____

O Segundo Outorgante: _____ **Jui Vilaça Pinheiro, Lda**
A Gerência

CONTRATO AVULSO N.º 68/2019

